

A vez do Congresso

O acordo que o Governo acaba de fechar com os segmentos mais representativos do empresariado, pelo qual os reajustes de preços terão redutor de 10% mensais em relação ao IPC, foi recebido com ceticismo pelo mercado. A própria população, após a tripla decepção provocada pelos sucessivos choques heterodoxos da "Nova República", não acredita que essa nova tentativa de conter a hiperinflação resulte em desaceleração do aumento do custo-de-vida.

A explicação para essa descrença, ironicamente, foi dada há poucas semanas por um dos responsáveis pela elaboração e condução da política econômica governamental. Perguntado sobre a perspectiva de controle da crise inflacionária, o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, revelou que pouco poderá fazer a atual equipe econômica — pois, em sua opinião, todo o problema reside na falta de credibilidade do Governo.

Não houve nesse desabafo, evidentemente, nenhum sentido de crítica à administração do presidente José Sarney, até porque Abreu dela faz parte. Foi apenas a constatação de que o Governo é prisioneiro do pouco tempo que lhe resta — somente cinco meses — e que todas as forças econômicas aguardam a posse do futuro presidente da República para engajar-se em um projeto de enfrentamento da crise.

A questão, portanto, é essencialmente política. No entanto, o País não pode entregar-se à apatia durante esse período que nos separa do início da próxima

administração, sob pena de o agravamento do processo inflacionário atropelar o próprio processo eleitoral.

A questão, repetimos, é política. Como tal, exige a convocação de todos os setores responsáveis do País para que, nesta situação emergencial, envolvam-se na busca do correto equacionamento da crise e de medidas que possam atenuá-la, ainda que provisórias. Entre esses setores, deveria alinhar-se na primeira fila o Congresso Nacional. Não apenas porque, com a nova Constituição, seus poderes praticamente se equiparam aos do Executivo, mas principalmente devido à responsabilidade que lhe cabe de ocupar os espaços vazios deixados pelo definhamento da autoridade da Presidência, pela circunstância — já uma tradição em nossa História republicana — acima apontada.

Não é isso, porém, o que se verifica. A pretexto da campanha presidencial, o Parlamento sequer consegue reunir número para deliberar sobre projetos pendentes na pauta (e eles somam milhares, dos quais centenas fundamentais para que a Constituição não permaneça letra morta). Os deputados e senadores alegam a necessidade de acompanhar os respectivos candidatos presidenciais em suas andanças pelos Estados. Mesmo admitindo que isso ocorra, é lícito perguntar se este trabalho, que diz respeito ao interesse político-eleitoral de cada parlamentar, é mais importante que o engajamento na difícil tarefa de evitar que o País mergulhe no abismo da hiperinflação.

Com a palavra os senhores deputados e senadores.